



*Aprovado o Regulamento
07/04/2014*

**Regulamento da Comissão de Ética
da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
da Universidade de Coimbra**

[Aprovado na reunião de 04/04/2014]

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece regras de atuação da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Artigo 2º

Missão

A Comissão de Ética da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, adiante designada por CE, (de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de Maio) tem por incumbência apreciar os projetos de investigação no âmbito das Ciências do Desporto a realizar na Faculdade.

Artigo 3.º

Natureza

A CE, é um órgão colegial e consultivo que funciona na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra adiante designada por FCDEF-UC, onde se realiza investigação científica em seres humanos e em animais não humanos.

Artigo 4.º

Atribuições e Competências

1. São competências da CE, nomeadamente:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da FCDEF-UC, pela observância de padrões de ética, como proteção e garante da dignidade e integridade humanas;
- b) Pronunciar-se, previamente à sua aprovação, sobre protocolos de investigação científica relativos a ensaios de diagnóstico, terapêutica e técnicas experimentais que envolvam seres humanos, e seus produtos biológicos, assim como a estudos observacionais ou outros de enquadramento académico e científico, celebrados no âmbito da FCDEF-UC, nomeadamente sobre o respeito pelos direitos e segurança dos participantes e a integridade ética dos investigadores, assim como sobre aspetos metodológicos, relevância e pertinência;
- c) Pronunciar-se, previamente à sua aprovação, sobre protocolos de investigação científica que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvam animais, nas instituições onde não haja comissões de ética específicas dessa área;
- d) Verificar a adequação científica dos investigadores para a realização de estudos ou ensaios;
- e) Emitir pareceres, relatórios e declarações sobre questões éticas relacionadas com as atividades da FCDEF-UC;
- f) Pronunciar-se sobre a elaboração de documentos institucionais que tenham implicações éticas, nomeadamente os relativos à obtenção de Consentimento Informado, seja para investigação, seja para atividade assistencial;
- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito da FCDEF-UC;

- h) Promover ações de formação sobre assuntos de bioética, participando na sua efetivação, destinadas a profissionais da instituição e outros públicos-alvo;
2. Os documentos aprovados pela CE não têm caráter vinculativo.
 3. A CE atua com total independência e imparcialidade relativamente aos demais órgãos da FCDEF-UC.
 4. A CE não se pronuncia sobre desempenhos individuais ou assuntos de natureza disciplinar ou jurídica, devendo contudo analisar e emitir opinião sobre boas práticas e normas de conduta ética.

Artigo 5.º

Composição e mandato

1. A CE tem uma composição multidisciplinar e é constituída por sete membros, sendo a maioria composta por elementos exteriores à própria FCDEF-UC.
2. A composição da CE é aprovada pelo Conselho Científico da FCDEF-UC.
3. A CE pode solicitar o apoio de outros técnicos ou peritos para efeitos da tomada de decisão, sempre que considere necessário, estando os mesmos sujeitos ao dever de sigilo e confidencialidade.
4. O mandato dos membros da CE é de 3 anos, podendo ser renovado por iguais períodos.
5. Qualquer membro da CE vê o seu mandato suspenso caso falte, sem a devida justificação, a três reuniões consecutivas.
6. Qualquer membro da CE pode renunciar ao seu mandato mediante declaração escrita ao Presidente, devendo manter-se em funções até à nomeação de novo membro pelo Conselho Científico da FCDEF-UC, o que deverá ocorrer no prazo máximo de sessenta dias.
7. Em caso de cessação do mandato, os membros da CE mantêm-se no exercício das suas funções até à tomada de posse dos novos membros.

Artigo 6.º

Presidência e Secretariado

1. Os membros da CE elegem o seu Presidente.
2. O Presidente é coadjuvado por um Vice-Presidente, por ele designado.
3. Os membros da CE elegem o seu Secretário ou solicitam ao Diretor da FCDEF-UC a designação de um trabalhador não docente para o efeito.
4. O Presidente convoca e dirige as reuniões, coordena a atividade da CE, representa a CE perante os demais órgãos da FCDEF-UC e perante terceiros.
5. O Vice-Presidente substitui o Presidente e exerce as funções que por ele forem delegadas.

Artigo 7.º

Funcionamento

1. A CE reúne ordinariamente por convocação do Presidente ou extraordinariamente a pedido de três dos seus membros.
2. A convocatória para as reuniões deve indicar a data, hora e local da reunião, bem como a ordem de trabalhos a ser enviada a todos os membros da CE, com a antecedência mínima de dois dias úteis.
3. A CE só pode reunir em primeira convocação quando esteja presente a maioria do número dos seus membros, com direito a voto.
4. No caso de não haver maioria, nos termos do número anterior, o Presidente convocará uma nova reunião.
5. Das reuniões são lavradas atas, nas quais constam os assuntos abordados, votações (incluindo votos de vencido) e respetivas deliberações.
6. As atas serão submetidas a apreciação dos membros e posteriormente serão por todos assinadas.
7. As atas são arquivadas no Secretariado e as deliberações são comunicadas aos interessados por e-mail ou ofício, no prazo de 10 dias úteis.

8. A CE elaborará anualmente um Relatório de Atividades, que deverá ser entregue ao Conselho Científico da FCDEF-UC.
9. Recebida a convocatória com a ordem de trabalhos, os membros da CE estão obrigados a comunicar com a brevidade possível ao Presidente qualquer impedimento em que julguem poder incorrer quanto a algum ponto da ordem de trabalhos.

Artigo 8.º

Sigilo e Confidencialidade

Os membros da CE estão sujeitos ao dever de sigilo e confidencialidade relativamente a assuntos submetidos à sua apreciação ou que tomem conhecimento no desempenho das suas funções, mesmo quando estas cessem.

Artigo 9.º

Impedimentos

Nenhum dos membros da CE pode intervir na elaboração dos respetivos pareceres, propostas ou recomendações quando o mesmo se encontre numa das situações de impedimento previstas no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 10.º

Remuneração

1. A atividade desenvolvida no âmbito da CE não é remunerada.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a FCDEF-UC compromete-se a abonar as despesas de deslocação dos membros da CE externos à FCDEF-UC.



27

Artigo 11.º

Disposições Finais

1. Em tudo o que não esteja previsto no presente Regulamento, vigoram os princípios gerais de Direito, e, se aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Código do Procedimento Administrativo.
2. O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Diretor da FCDEF-UC.